

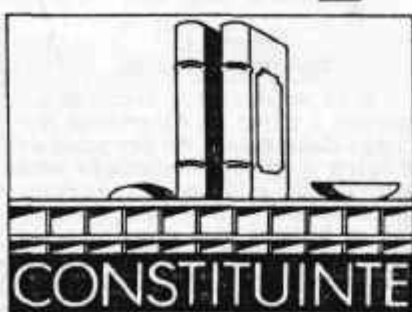
OAB evita pressões sobre Constituinte

A Ordem dos Advogados do Brasil não vai apresentar sugestões nem propostas ao Congresso Constituinte. Ela vai levar às audiências das subcomissões e comissões alternativas abertas, elaboradas em sete anos de discussão sobre a Constituição, iniciadas em 1980. A informação foi dada ontem, em São Paulo, pelo presidente do Conselho Nacional da OAB, Márcio Thomás Bastos.

Bastos vai presidir hoje e amanhã a primeira reunião do Bureau de Acompanhamento Constitucional da Ordem, integrado pelos advogados Marcelo Lavenère Machado, de Maceió; José Lamartine Correia de Oliveira, de Curitiba; Olga Cavalheiro Araújo, de Porto Alegre; Sérgio Serrão da Cunha, de Santos; e Marília Muricy, de Salvador. "Não há prazos para apresentação de propostas pelas entidades civis, mas acho que não podemos mais perder tempo e, por isso, convoquei essa reunião", explicou o presidente nacional da OAB.

A Ordem distribuiu entre os 559 constituintes os volumes que reúnem os anais dos dois Congressos Nacionais de Advogados Pró-Constituinte, realizados em 1983 e 1985. E o presidente, empossado no cargo em Brasília, na semana passada, já mandou resumir as teses em artigos para facilitar sua utilização pelos parlamentares.

"O importante é que não há questões fechadas. Em vez de propor



— para dar um exemplo — se a Constituinte deve optar pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo, a OAB vai apresentar os estudos sobre as viabilidades das duas alternativas. Eu, pessoalmente, creio que o ideal seria um regime presidencialista com pitadas descentralizadoras tiradas do parlamentarismo, mas prefiro que a OAB contribua assessorando os constituintes, sem pretender, em nenhum momento, exercer qualquer pressão sobre eles ou tutelá-los", disse o presidente. Ele acha que os estudos da Ordem podem ser úteis em questões como reformas agrária, urbana e sindical e quer ajudar a resolver o que considera o maior conflito ideológico que pode aparecer no plenário: "Se se privilegiar os valores do capital ou os do trabalho". Na questão sindical, por exemplo, a OAB apresentará alternativas intermediárias que não prevêem a extinção do imposto sindical,

pois isso poderia significar um enfraquecimento ainda maior da posição do trabalhador.

A grande contribuição da OAB, no entanto, poderá ser no campo da organização e do fortalecimento do Poder Judiciário. Uma das alternativas que a Ordem poderá apresentar às subcomissões será a criação de uma Corte Constitucional, antiga reivindicação dos advogados. "Essa é a fórmula de desafogar o Supremo Tribunal Federal", advoga Bastos. A idéia é que esse tribunal, dedicado exclusivamente a velar pela aplicação dos preceitos constitucionais, seria composto por nove juízes, dois dos quais seriam indicados pelo presidente da República e os outros sete pelo Congresso Nacional. Enquanto isso, funcionaria um Supremo Tribunal de Justiça, com 60 juízes, para cuidar das outras funções. A Corte Constitucional seria a forma também de se resolver uma velha questão no campo do Direito Constitucional: a das arguições de inconstitucionalidade. Hoje, o monopólio da arguição é da Procuradoria Geral da República. Os advogados querem que esse poder passe para as mãos do Congresso e de entidades da sociedade civil, entre as quais a própria OAB.

"Para o fortalecimento do Poder Judiciário, são fundamentais, em nossa opinião, três providências: 1 — a outorga de autonomia orçamentária e financeira à Justiça. Enquanto isso não acontecer, o poder será uma

ficção. 2 — Só que, por outro lado, é preciso criar um controle a esse poder. A solução poderia ser a criação de um mecanismo exterior, uma corregedoria, em que tivessem assento os jurisdicionados. 3 — O fim das sessões secretas, das decisões anônimas e das votações sem fundamentação. No STF, por exemplo, a arguição de relevância é julgada em sessões de conselho, que são secretas", disse.

Para o presidente nacional da OAB, a Justiça manteve-se como instituição a salvo da desorganização institucional do período autoritário, mas envelheceu e precisa modernizar-se para não perder o compasso da História. "Não adianta redigir uma Constituição excelente se não houver, ao mesmo tempo, um Poder Judiciário capaz de velar por ela. Um bom exemplo disso foi a Carta de 1946, que era excelente, sob todos os aspectos, e nunca teve um só de seus princípios cumpridos até falecer, ingloriamente", comentou Márcio Thomás Bastos.

O presidente da OAB condena a esperança mística de quem pense que a nova Constituição resolverá todos os problemas nacionais. Mas acha legítima a esperança de que é possível plantar as bases de um regime de democracia de massa. Para isso, ele acha urgentes missões dos constituintes a remoção do entulho autoritário e a extinção das Leis de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa.



Relatores reúnem-se, mas nada resolvem

"Revoada" prejudica decisão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por falta de quorum, os presidentes e relatores das comissões e subcomissões da Constituinte não conseguiram ontem decidir sobre a prorrogação do prazo de seus trabalhos. Todos reclamaram do período fixado pelo regimento interno, sob a alegação de que não haveria tempo suficiente para o exame das centenas de sugestões. Mas, na reunião de ontem à noite, menos de dez dos 64 presidentes e relatores compareceram — os demais viajaram para seus respectivos Estados. Por isso, foi marcada uma nova reunião para a próxima terça-feira.

O senador José Lins (PFL-CE), presidente da Comissão de Ordem Econômica e que esteve no encontro de ontem, acredita que não deverá prevalecer a proposta de prorrogação por 40 dias, apresentada pelo deputado Jorge Hage (PMDB-BA), mas

apenas de mais sete dias para a elaboração dos pareceres. Ele observou que, nos 65 dias estabelecidos pela presidência da Constituinte, estão incluídos sábados, domingos e feriados, o que torna praticamente inviável o seu cumprimento.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai cumprir os feriados da Semana Santa decretados pelo presidente da República, dispensando, assim, os constituintes na próxima quarta-feira. Ele não aceitou a sugestão do 1º secretário, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), de marcar sessões das comissões na quinta-feira. Assesores de Ulysses comentaram ontem que, apesar dos prováveis atrasos no esquema determinado pela presidência, ele atingiu "plenamente" seu objetivo de fixar prazos para a elaboração da nova Constituição. Disseram ainda que Ulysses sabia que teria de ceder em algumas datas, mas conseguiu um parâmetro de tempo para o término dos trabalhos.

Passarinho acusa os novos



Jarbas Passarinho

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) acusou ontem, em São Paulo, os novos deputados eleitos em novembro do ano passado pela demora no início dos trabalhos de elaboração da Constituição. Qualificando a situação desses deputados de "síndrome do primeiro mandato", Passarinho defendeu a idéia inicial do PMDB de se fazer uma grande comissão de trabalhos auxiliada por subcomissões. "Esses novos deputados resolveram rebelar-se contra os líderes, dizendo que não eram subdeputados, para pertencer a subcomissões. Por causa disso, hoje são todos subdeputados, porque só existem subcomissões" — disse o senador. De acordo com Passarinho, na prática acabou vingando a idéia da grande comissão, encarnada hoje pela Comissão de Sistematização.

O senador, também presidente do PDS, acusou ainda a Aliança Democrática como outra responsável pela demora. "A desinteligência dessa aliança somou para o retardar. A Aliança não foi feita como num casamento, para o que vier. A união do PMDB com o PFL nasceu para o divórcio imediato." Segundo Passarinho, o último round de luta que se iniciou na eleição da Mesa aconteceu dentro do próprio PMDB na última quinta-feira, na eleição do relator da Comissão de Sistematização.

De volta a matéria financeira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais 123 sugestões foram apresentadas ontem à Constituinte, atingindo um total de 775 propostas. Estão entre elas a do deputado Victor Faccione (PDS-RS), que restabelece a prerrogativa do Congresso de discutir e votar matérias financeiras de competência da União — orçamento anual e plurianual, abertura de operações de crédito, dívida pública da União —, vedada aos congressistas desde o governo militar do marechal Castello Branco.

Victor Faccione lembra, na justificativa da sua proposta, que a prerrogativa foi eliminada em 1967, sob a alegação de que havia abusos e politicagem nas votações dos orçamentos financeiros, mas que o ato representou, na verdade, uma violência contra o Congresso. O deputado Elqueira Campos (PDS-GO) já considera restabelecida a prerrogativa do Congresso e apresentou sugestão concedendo anistia fiscal a todos os devedores do crédito agrícola e pecuário, de valor original até Cr\$ 220.000,00. A medida, de constitucionalidade duvidosa, tem como objetivo, segundo explicou, acabar com a crise financeira que atinge a atividade rural.

A deputada Eunice Michilles

(PFL-AM) apresentou sugestão tornando obrigatório o serviço militar feminino, definindo, contudo, que as mulheres ficarão obrigadas ao "serviço civil, destinado ao amparo e proteção do menor carente". E o deputado Mozarildo Cavalcante (PFL-RO) quer tornar voluntário o serviço militar para os brasileiros, argumentando que o recrutamento obrigatório não se justifica em tempo de paz.

O deputado Doretto Campanari (PMDB-SP) apresentou sugestão definindo como crime contra a segurança nacional manter contas em bancos estrangeiros situados fora do País, sem comunicação prévia ao Banco Central do Brasil. A proposta permite ao governo brasileiro solicitar aos bancos estrangeiros, por meio dos seus respectivos governos, nomes, endereços e valores depositados. Essa, segundo ele, é a única forma de cobrir os chamados crimes de colarinho branco.

O deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE), por sua vez, apresentou proposta que proíba o presidente da República, governadores e prefeitos de contraírem dívidas em nome da União, Estados e municípios, conceber anistia fiscal, criar cargos ou funções, nomear, promover e demitir sem justa causa, no período compreendido entre as eleições e a posse dos eleitos.

Subcomissão virá a S. Paulo

Alegando não ter recursos financeiros para pagar passagens e hospedagens para representantes da sociedade civil serem ouvidos em audiências públicas, a subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias vai deslocar-se para São Paulo, possivelmente no dia 21, para uma sessão de audiências públicas, que será feita na sede da Assembléia Legislativa do Estado.

A idéia foi do presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), apoiada pelo relator, deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ). Tão logo seja confirmada a data, os 21 membros da subcomissão poderão deslocar-se, às próprias custas — usando as passagens que são dadas pela Câmara dos Deputados, mensalmente — para a realização da sessão de audiência pública da subcomissão.

PT planeja greve e deposição de Sarney

O PT está promovendo uma nova greve geral para a segunda semana de julho, conforme revela o plano de campanha de mobilização popular, cujo tema é "Contra Sarney e a dívida, diretas para presidente", discutido ontem em São Paulo durante reunião do secretário-geral do partido com os secretários regionais.

Preparado pelo diretório nacional, em reunião realizada nos dias 14 e 15 de março, o plano prevê uma série de manifestações para impulsionar a campanha, que tem como objetivo "a redução do mandato de Sarney e a suspensão do pagamento da dívida externa, com eleições diretas para presidente e a mudança da política econômica". Ao justificar a campanha, o diretório nacional acusa o governo de recorrer a "métodos ditatoriais" para reprimir campanhas reivindicatórias dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que "não move uma palha para impedir a rearticulação da extrema direita, como as ameaças da UDR e os atentados que continuam existindo contra os trabalhadores do campo e militantes sindicais e políticos combativos".

Além de eleições diretas, a campanha prevê a suspensão do pagamento da dívida externa e a instalação de tribunais de auditoria para a apuração das condições em que a dívida foi contraída; elevação imediata do salário mínimo e criação de um salário-família correspondente de 25% a 50% do salário mínimo para cada dependente; criação de um im-

posto, a ser cobrado de uma só vez, sobre os 5% mais ricos da população para a criação de fundos de investimentos e para cobrir o salário-família e o salário-desemprego; tabelamento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade; garantia de preço justo e crédito barato para os pequenos produtores rurais; reforma agrária e defesa das estatais.

Dentre as manifestações programadas pelo PT está prevista a realização de atos públicos, passeatas e comícios em várias cidades, no final de abril; grande comício em São Paulo de apoio à conferência latino-americana contra a dívida externa, também em abril; comemoração unificada do 1º de Maio; atos e concentrações diante dos palácios dos governos estaduais e prefeituras das capitais, em maio; e organização de caravanas a Brasília, em junho. Nesta estratégia está prevista a preparação, em 80 dias, de maio a julho, para a greve geral, "em estreita colaboração com a CUT", além de uma campanha de "boicote do consumidor", em julho, quando a população escolherá um ou dois dias por quinzena para "reduzir o consumo de determinada mercadoria ou serviço".

O PT pretende articular-se com "o PCB, PC do B, PDT, PSB e setores progressistas do PMDB", além de centrais sindicais e entidades do movimento popular, para formar comitês constituintes destinados a recolher projetos e propostas para a nova Constituição.

Sobral acha diretas 'crime'

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Três anos depois da maior manifestação pública já realizada no Brasil — o comício pelas eleições diretas na Candelária, que reuniu um milhão de pessoas — um dos principais oradores do evento, o jurista Sobral Pinto, mudou radicalmente de posição. Ele hoje acha que as eleições diretas são "um crime contra a Nação e que só atenderão aos demagogos". Demagogo, no caso, é o ex-governador Leonel Brizola, que chegou a ser barrado no palanque, porque era uma figura desconhecida nos meios políticos.

O comício do dia 10 de abril de 1984 na Candelária reuniu no mesmo palanque cinco governadores — Tancredo Neves, Leonel Brizola, Franco Montoro, Gerson Camata e José Richa, além de presidentes de todos os partidos — exceção do PDS e PTB e o autor da emenda das diretas-já, Dante de Oliveira, que chegou a ser barrado no palanque, porque era uma figura desconhecida nos meios políticos.

A manifestação, apresentada pelo locutor das diretas, Osmar Santos, estava marcada para o dia 23 de março, mas o governador Leonel Brizola decidiu transferi-la para o dia 10 de

abril, quando o então chefe do governo, general João Figueiredo, estaria fora do Brasil, em visita à Espanha. O comício repercutiu lá e o presidente Figueiredo chegou a declarar que se estivesse no Brasil seria o "milionésimo-primeiro" no comício.

O jurista Sobral Pinto, um dos oradores, não se conformou em falar com a multidão fazendo barulho. Pediu silêncio e só iniciou seu discurso quando havia um silêncio total. Foi então que anunciou o artigo primeiro da Constituição: "Todo o Poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido". Foi um delírio. A multidão chorou.

Ontem, em sua casa, Sobral Pinto disse que o comício não foi em vão, "porque ele foi importante para acabar com a ditadura". Admitiu que participaria de outra campanha, "mas não do jeito que Brizola quer". Ele acha que a convocação das eleições diretas deve partir da Constituinte e mesmo assim não devem ser imediatas.

"A eleição pelo colégio eleitoral foi legítima, porque foi eleito o presidente que o povo queria, Tancredo Neves, e o vice dele era o Sarney. O importante era não eleger o Paulo Maluf e isso foi conseguido com a pressão popular", afirmou o jurista.